



Humberto Dantas

Fevereiro 2013

BRASIL EM FOCO

Análises & Comentários

Eleições no Congresso Nacional: aspectos que vão além da lógica legislativa

1 - Introdução

O Brasil iniciou 2013 enfrentando mais uma crise de legitimidade em seu parlamento nacional. Assistimos à escolha do presidente do Senado no dia 01 de fevereiro e na Câmara dos Deputados a eleição interna ocorreu no dia 04. Os favoritos venceram, mas estão envolvidos em escândalos ignorados. A mídia, chamada de golpista, casuísta e opositora por parcelas da classe política e de seus simpatizantes, buscou desqualificar as candidaturas com denúncias novas e com acusações antigas que até hoje não foram respondidas. Processos envolvendo os eleitos correm em segredo de justiça. O país chega a se perguntar para que servem duas casas legislativas no plano federal, ignorando a opção do Brasil por um sistema federativo que costuma demandar um órgão de representação de suas unidades. Pesquisas de opinião pública que medem a confiança dos cidadãos nas instituições mostram, persistentemente, os parlamentos nas piores colocações em relação aos demais poderes, com notas baixíssimas.

Ambos os vencedores são filiados ao PMDB, contaram com o apoio da presidente Dilma Rousseff e de seu partido, o PT, para vencerem as disputas e presidirão os parlamentos por dois anos. Assim, a legenda do vice-presidente da República, o paulista Michel Temer, aumenta de forma

significativa seu poder no plano nacional. Fortalecido quantitativamente nas eleições municipais, quando novamente conquistou mais de mil prefeituras, o PMDB ainda conta com a promessa de ser beneficiado na reforma ministerial anunciada para o mês de março. Enquanto o PT possui quase 20 ministérios, o PMDB já conta com cinco e nenhum outro partido da base possui mais do que dois.

A eleição interna do Congresso Nacional, defende boa parte dos congressistas, é resultado de um acordo que tem como uma de suas principais justificativas o princípio da proporcionalidade das bancadas partidárias no parlamento. O argumento, apesar de questionável, é de fato verificado no caso do Senado, onde o PMDB é o maior partido com 20 membros, ou 24,7% do total. Mas na Câmara dos Deputados a maior bancada pertence ao PT, que presidiu a casa até fevereiro desse ano com Marco Maia (RS). Ao todo são 88 deputados federais petistas contra 80 do PMDB. A escolha, assim, atendeu a um acordo que parece capaz de transcender a simples lógica numérica.

Aspectos burocráticos

As eleições disputadas em fevereiro têm como suas principais características o voto secreto e o mandato de dois anos. Vale destacar, nesse caso, que não estão em



Konrad
Adenauer
Stiftung

BRASIL**EM FOCO**

FEVEREIRO 2013

www.kas.de/brasil

jogo apenas as presidências das respectivas casas. Na Câmara dos Deputados a Mesa Diretora é composta por onze membros: um presidente, dois vices, quatro secretários e quatro suplentes de secretários. Suas atribuições estão descritas no portal oficial da instituição. Ao presidente cabem responsabilidades conhecidas e absolutamente relevantes. Trata-se do porta-voz do parlamento, o agente dos pronunciamentos coletivos, bem como o responsável pelo ordenamento dos trabalhos. Assim, num país em que o Legislativo federal está claramente submetido aos interesses da Presidência da República, como mostram centenas de estudos na Ciência Política e em tantas outras carreiras, tal posto é absolutamente estratégico para os interesses do Executivo. Na linha sucessória nacional é o presidente da Câmara quem substitui o vice-presidente da República em caso de afastamento do titular e impossibilidade deste assumir o comando do país. O posto é absolutamente relevante.

Ao primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados cabe substituir o titular, bem como emitir pareceres sobre requerimentos de informações e projetos de resolução. Já o primeiro secretário tem uma função administrativa que o faz acumular uma série de relevantes funções burocráticas: o posto é apelidado de o "prefeito da casa". Os demais cargos da Mesa Diretora dão mostras absolutamente consistentes de um conjunto de benefícios corporativistas concedidos legalmente aos nossos parlamentares. Por exemplo: ao segundo vice-presidente, além de fomentar a interação entre a Câmara e outros legislativos de nosso federalismo, o que pode ser algo relevante, cabe também examinar pedidos de ressarcimento de despesas médicas dos deputados. Ao segundo secretário cabe a função de controlar passaportes diplomáticos e especiais, certamente no que diz respeito aos parlamentares. O terceiro secretário, além de ser o corregedor da Câmara, controla o fornecimento de requisições de

passagens aéreas dos deputados, e examina pedidos de licença e justificativa de faltas. Por fim, o quarto secretário zela pelo sistema habitacional da Câmara, ou seja, distribui apartamentos aos seus colegas, propõe a compra e venda de imóveis e solicita auxílio moradia àqueles que não têm o benefício da moradia funcional. Parece possível notar que além da distribuição de cargos adicionais, a Câmara zela pela defesa de regalias e serviços especiais controlados por seus políticos.

No Senado Federal a lógica dos onze cargos é a mesma: um presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários com um mesmo número de suplentes. No regimento interno do órgão as funções do presidente são significativamente estratégicas para a definição da pauta do plenário, o que a exemplo da Câmara reforça o interesse do Poder Executivo em ter controle sobre a indicação dessa posição. O primeiro vice-presidente substitui o titular, o mesmo ocorrendo com o segundo vice. Aos secretários, cabem funções burocráticas como leituras, despachos, assinaturas de correspondências e atas, verificações de presença etc. O primeiro-secretário, no que diz respeito ao regimento interno, tem funções mais extensas que os demais.

Diante desses vinte e dois congressistas eleitos internamente algumas perguntas são inevitáveis: são mesmo necessários onze cargos extraordinários dentro de um parlamento? Lembremos que pelo menos os titulares de seus postos em cada uma das casas – presidente, os dois vices e os quatro secretários – contam com estruturas extraordinárias envolvendo instalações físicas mais amplas e recursos humanos e materiais adicionais.

Ações partidárias

Diante desse cenário que tende a sugerir pouca transparência no formato de escolha dos representantes, sobretudo em virtude do voto secreto, as eleições ocorreram sob a ação das mais diferentes bancadas

BRASIL**EM FOCO**

FEVEREIRO 2013

www.kas.de/brasil

partidárias. É nesse momento que se torna possível perceber algumas insatisfações que pouco representam o que de fato sugerem. Nas eleições do Senado, por exemplo, o PDT lançou contra o candidato oficial do Planalto o senador Pedro Taques (MT) à Presidência. O discurso forte, marcante, visava à questão do resgate da ética na instituição. Taques trouxe consigo uma série de apoios vindos da oposição ao governo federal (PSDB, DEM e PSOL, lembrando que o PPS não possui senadores); legendas da base do governo abertamente insatisfeitas, como o PSB; e políticos do PMDB que declararam voto contra o candidato de seu partido – Jarbas Vasconcelos (PE) e Pedro Simon (RS), por exemplo. No dia da votação, Simon chegou a solicitar a palavra e discursou contra a candidatura de Renan Calheiros (PMDB-AL), lhe pedindo para desistir da disputa.

Ao todo 78 senadores participaram da eleição, o que representa três ausências – dois senadores estavam doentes e Humberto Costa (PT-PE) estava no estado norte-americano da Califórnia fazendo um curso de inglês. Taques obteve 18 votos, sendo que as bancadas de PDT (seu partido), PSB (dissidente), PSDB, DEM e PSOL (oposição) e os dois peemedebistas somam 28 representantes. Dois senadores votaram em branco e outros dois anularam o voto. Esse quarteto, somado à votação de Taques chega a 22 votos, o que representa afirmar que, certamente, se os quatro que se abstiveram de escolher nominalmente algum candidato fizeram parte desse grupo tivemos no mínimo três comportamentos fora do esperado. Todos se afastaram por razões associadas à falta de legitimidade que o vencedor parece gozar junto a parcelas da sociedade e perante parte dos principais órgãos de imprensa do país? Parece difícil acreditar nessa hipótese.

O PDT lançou Taques porque acredita realmente que o Planalto escolheu mal seu candidato? Teria sido encantado pelos discursos éticos do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ex-governador do

Distrito Federal pelo PT e ex-ministro da educação de Lula que se indispôs com a legenda em 2005 em meio aos escândalos do Mensalão? Ou o PDT pensou em resistir às indicações de Dilma Rousseff como forma de protestar contra a faxina ética protagonizada pela presidente em 2011 que findou com a saída do presidente da legenda, Carlos Lupi, do Ministério do Trabalho? Ademais, estaria o PDT insatisfeito com o espaço que possui na Esplanada dos Ministérios? A candidatura Taques foi um gesto pela ética ou um apelo por mais espaço?

O PSB, por sua vez, indicou voto no candidato do PDT porque resistia ao nome indicado pelo Planalto ou porque mede forças contra o PMDB? Declarações recentes do mais relevante político do partido, o governador pernambucano Eduardo Campos, mostram que a legenda não admitia que o PMDB, que já tem a vice-presidência da República e cinco ministérios, fosse apoiado pelo PT e pelo governo na conquista da presidência das duas casas legislativas da nação. Na linha sucessória do país, lembremos, as vitórias do PMDB no Congresso Nacional o fazem ter três dos quatro cargos mais importantes da nação. Assim, Campos buscou minar o parceiro maior do PT para, segundo alguns, ocupar parte desse espaço. Lula, em declarações feitas no início do ano, afirmou sonhar com uma chapa presidencial em 2014 com Dilma Rousseff e Eduardo Campos no papel de vice. Gilberto Carvalho, ministro mantido no poder desde 2003 pelo PT, afirma que 2018 seria o ano natural para o PT apoiar o pernambucano. O PMDB, no entanto, resiste à ideia e diz não aceitar apoio petista a um candidato seu para disputar o governo do estado de São Paulo como compensação pela saída de Temer da chapa vencedora de 2010. Assim, parece que o PSB não apoiou apenas uma dissidência ética contrária ao PMDB no Senado, mas também uma jogada estratégica para a demonstração dos interesses do partido em jogadas futuras. Nesse sentido, as relações entre as

BRASIL**EM FOCO**

FEVEREIRO 2013

www.kas.de/brasil

legendas azedaram. Forçando uma situação mais crítica, Eduardo Campos lançou-se pré-candidato à Presidência da República. A atitude incomodou o governo, que reconhece que o desempenho eleitoral de Lula (2002 e 2006) e Dilma (2010) nos estados do nordeste do país foi essencial para as vitórias petistas. Campos governa Pernambuco, estado em que Lula nasceu, tem força na região e seu partido possui o controle de capitais e estados da região. O problema é que a oposição à jogada do PSB veio de dentro do seu próprio partido. Cid Gomes (PSB), governador do Ceará, e seu irmão Ciro (PSB), ex-governador, ex-ministro de Lula e presidenciável derrotado em 2002 agiram contra a posição de Campos.

Voltando às eleições no Congresso, é importante salientar que os pleitos ocorrem em rodadas diferentes. Primeiro temos a escolha do presidente e depois, no mesmo dia, são eleitos os demais cargos, seguindo lógica regimental. No resultado final do Senado, o PSDB ficou com a primeira secretaria, com o senador Flexa Ribeiro (PA). Teria sido essa uma dissidência da oposição em prol da chapa do candidato do governo em nome da ocupação de um espaço para o seu representante? Importante destacar que pela tão disseminada e defendida lógica da proporcionalidade, atualmente PT e PSDB têm bancadas iguais compostas por 12 senadores cada um. Assim, por mais que tenha interesse em dificultar a vida da presidente Dilma Rousseff no parlamento, tudo indica que parte do PSDB pode ter preferido jogar sob a lógica da ocupação de espaço – algo comum entre os partidos nos parlamentos e que o PT costuma fazer há anos no Estado de São Paulo, por exemplo, acatando o candidato do governador tucano em nome de posição na mesa diretora que lhe traga benefícios. Mas por que o PT ficou com a primeira vice-presidência e a segunda-secretaria? O que fez o PDT, que tinha candidato opositor ao principal vencedor, ficar com a terceira suplência das secretarias? Seria o PSDB efetivamente um

partido opositor? Como pode ter estado com o governo em 73% dos posicionamentos de seus senadores ao longo de 2012? O senador Aécio Neves (MG), cotado para ser o mais marcante candidato de oposição à Presidência da República em 2014 e cogitado como futuro presidente do PSDB esteve com o Planalto em 79% de suas votações nominais no ano passado. As eleições no Senado, e o voto secreto para a escolha desses cargos parecem esconder parte do que tratamos como crise de legitimidade do Congresso Nacional brasileiro.

Na Câmara dos Deputados tivemos movimentações semelhantes no que diz respeito aos blocos partidários. O PMDB, cuja bancada possui 83 deputados atualmente, não conseguiu sequer conter dissidências internas que se movimentaram de forma bastante radical. Rose de Freitas (PMDB-ES) lançou candidatura à revelia das principais lideranças governistas, pregando discurso pautado na ética e na independência da Câmara em relação ao Poder Executivo. Na escolha de seu líder de bancada, o presidente eleito da Câmara fez campanha contrária ao eleito Eduardo Cunha (RJ), e o recém-admitido Sandro Mabel (ex-PR goiano) tumultuou a escolha afirmando que não faltaram problemas legais ao processo de escolha. O PMDB, nesse caso, demonstrou incapacidade de se reunir em torno de um caminho único. Se no Senado dois representantes do partido – Pedro Simon (RS) e Jarbas Vasconcelos (PE) – apenas esbravejaram, na Câmara dos Deputados o partido acabou não conseguindo impedir o lançamento de dois candidatos.

Além deles, outros nomes foram apresentados, e mais uma vez o PSB manteve-se firme em seu objetivo de enfraquecer o PMDB, ou pelo menos de se mostrar contrário ao que considerou uma divisão desigual de recursos entre as forças que apoiam o governo federal. Júlio Delgado (MG) foi lançado candidato. Na oposição, a candidatura veio do PSOL, o

BRASIL**EM FOCO**

FEVEREIRO 2013

www.kas.de/brasil

menor partido contrário ao governo com apenas três deputados federais, que lançou Chico Alencar (RJ). PSDB, DEM e PPS, as maiores legendas de oposição, não apresentaram nomes, ofertando à disputa, mais uma vez, um semblante de um grande acordo em torno da distribuição de cargos e espaços. O resultado do pleito foi uma vitória em primeiro turno muito mais apertada do que o esperado. Dos 513 deputados federais brasileiros tivemos o registro de 497 votos, com três brancos entre eles. Enquanto o vencedor obteve 271 votos, Júlio Delgado (PSB) somou 165 – sua legenda e o trio de maiores partidos de oposição somam cerca de 110 deputados, o que mostra a adesão certa de no mínimo outros mais de 50 parlamentares à tentativa do PSB. Em terceiro lugar ficou Rose de Freitas (PMDB), com 47 votos, e em último Chico Alencar (PSOL) com 11, mais do que os três votos esperados da bancada de sua legenda. O governo pode ter comemorado a vitória, e provavelmente no volume vencedor temos parte expressiva dos 88 representantes do PT e de outros partidos fiéis. Em que medida, no entanto, o PMDB pode afirmar que controlou seus cerca de 80 representantes? De onde vieram os 47 partidários de Rose?

A campanha e seus vencedores

Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) e Renan Calheiros (PMDB-AL) foram eleitos, respectivamente, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ao longo dos meses que antecederam as disputas seus nomes foram amplamente anunciados e apoiados pelo governo federal. Se outrora algumas disputas, sobretudo no Senado, ocorreram sem a apresentação de adversários, ou ao menos sem ameaças, esse ano os desejos do Palácio do Planalto foram questionados em diferentes frentes. O cenário exigiu que milhares de reais, não contabilizados de maneira formal especificamente para a eleição, fossem gastos com campanhas. O noticiário anunciou que ambos correram o país em aviões particulares pedindo voto nas bases

de seus colegas. Reuniões sem agendas divulgadas foram trazidas a público, e acordos dos mais diversos foram costurados. As dificuldades, certamente, se acentuaram porque parcelas da imprensa, obviamente aquelas distantes dos impérios de comunicação que os vencedores possuem em suas unidades federativas e que lhes rendem reportagens elogiosas, se aprofundaram em denúncias. Algumas delas conhecidas, outras absolutamente novas.

No caso de Calheiros (AL) uma filha fora do casamento com uma jornalista, cuja pensão suspeita-se que era paga por um lobista ligado a uma construtora voltou às manchetes. Sobretudo porque o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, resolveu apresentar denúncia contra o senador alagoano às vésperas das eleições. O caso, que já havia feito Calheiros sofrer pressões expressivas e abandonar a presidência em 2007, teve novo capítulo tratado como casuísta por defensores do novo presidente. Fernando Collor (PTB-AL) esbravejou e elevou o tom de voz contra o Ministério Público, declarando guerra contra Gurgel e convocando-o para esclarecimentos sobre sua conduta no posto que ocupa. Adicionalmente, a imprensa suspeita que Renan Calheiros criou recentemente, um esquema que envolve a liberação de recursos federais para o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” junto a gerentes da Caixa Econômica Federal que seria capaz de beneficiar a empreiteira do irmão de um sócio de seu filho, que é deputado federal. Por fim, suspeita-se que a dupla de parlamentares familiares utilizam recursos de seus respectivos gabinetes no pagamento de advogados que os defendem nos casos aqui citados que tramitam na justiça.

Alves (RN), por sua vez, é o parlamentar que mais acumula, atualmente, mandatos na Câmara dos Deputados. São 11. O cargo de deputado é ocupado desde a década de 70, quando o país ainda vivia sob o regime militar. Sua família sofreu perseguição política, menos associada à busca pela

BRASIL**EM FOCO**

FEVEREIRO 2013

www.kas.de/brasil

democracia e mais relacionada a acusações de corrupção. Atualmente um de seus assessores no então cargo de líder do PMDB foi acusado de receber propina de empreiteiras que realizavam obras públicas. O fato foi revelado em 2007, mas apenas em 2013, sob a nova liderança de Eduardo Cunha (RJ) o servidor foi exonerado. Ademais, corre em segredo de justiça processo por enriquecimento ilícito e acusações de favorecimento de empresas de amigos no uso de recursos de emendas parlamentares.

A despeito das respostas que devem à sociedade, ambos tomaram posse e discursaram pregando transparência, autonomia e força do Congresso Nacional. A realidade, no entanto, é muito diferente. A justiça travou o Legislativo, exigindo que um volume aproximado de três mil vetos presidenciais a matérias aprovadas no parlamento seja votado para desobstruir a pauta. Enquanto isso, o orçamento de 2013 sequer foi aprovado ao término de fevereiro. Além disso, em discurso inicial, Alves afirmou que desrespeitaria decisão do Poder Judiciário que, porventura, exigisse a cassação do mandato dos réus do julgamento do mensalão do governo Lula (Ação Penal 470). Ao término de sua primeira visita institucional ao presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, o discurso foi atenuado em pró da decisão futura da justiça. Além disso, desafiou o Poder Executivo afirmando que gostaria de encampar a luta por mudanças nas regras de cumprimento do orçamento federal. A sugestão é que emendas parlamentares aprovadas na peça final sejam obrigatoriamente cumpridas pelo governo ao longo do ano, o que certamente aumentaria o poder de barganha dos parlamentares. Calheiros, por sua vez, enfrentou manifestos presenciais de estudantes em Brasília e assistiu ao recebimento de manifesto protagonizado pela internet, e sem valor legal, que colheu mais de 1,5 milhão de assinaturas pedindo sua saída do cargo. Seu discurso de posse foi marcado pela defesa da transparência e

cortes de despesas. O noticiário, no entanto, questionou a demissão de duas estagiárias de Direito que postaram foto de um rato morto na gráfica do Senado sob o comentário: "a gente achou que o único problema aqui fosse o Renan Calheiros". Informações sugerem que uma delas é sobrinha do presidente do STF.

Conclusão: a crise de legitimidade

Diante de tais questões e resultados parece possível compreender a indignação de parcelas da sociedade com o Legislativo nacional. Atitudes semelhantes têm sido protagonizadas em outras esferas de poder. Em São Paulo, por exemplo, o presidente da Assembleia Legislativa, Barros Munhoz (PSDB) deu entrevista ao jornal Folha de S. Paulo afirmando que não é função de um parlamentar a fiscalização do Executivo e tampouco a aprovação de projetos de lei. A função essencial está associada à conquista de recursos para prefeitos de sua base eleitoral, a fim de garantir espaço político. Na Câmara Municipal da capital paulista, o novo presidente proibiu a presença de organizações da sociedade civil em reuniões da mesa diretora, vetou a transmissão dos encontros pela web-TV, fechou a casa para cidadãos trajando chinelos e bermudas entre outras medidas, criou novos cargos e fechou o parlamento por dez dias durante o Carnaval. O que esperar da relação do cidadão comum com o Poder Legislativo? Alguns defendem a reforma política pautada numa nova fórmula eleitoral, mas é possível esperar que alterações dessa natureza modifiquem a forma de nos relacionarmos com a política, do Executivo e o Legislativo se entenderem e, sobretudo, de o político se portar perante a responsabilidade pública que carrega e deveria estar preenchida pela ética? Difícil de acreditar.

Por fim, enfatizemos que os 513 deputados federais eleitos no Brasil enfrentam duas eleições internas ao longo de seus mandatos e os 81 senadores participam de quatro, uma vez que seus mandatos têm oito anos. A derrubada do voto secreto é

BRASIL

EM FOCO

FEVEREIRO 2013

www.kas.de/brasil

uma bandeira relativamente antiga na pauta da sociedade civil organizada brasileira. Numa democracia que se pretende plena parece pouco razoável defender que algum posicionamento parlamentar carregue justificativa aceitável para não ser aberta. Mas isso parece pouco demais diante de tudo o que vimos. Seria o começo?

